



**ASSEMBLEIA NACIONAL**

**IX LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O PROCESSO DE  
CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE  
MARITIMO INTER ILHAS**

**RESOLUÇÃO Nº 112/IX/2019**

**Regulamento Interno**

**Artigo 1.º**

**Objeto**

O objeto do inquérito a realizar-se pela presente Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a concessão de exploração do serviço público de transporte marítimo inter-ilhas é definido no artigo 2.º da Resolução nº 112/IX/2019, de 27 de março.

**Artigo 2.º**

**Metodologia de trabalho**

A CPI pode orientar-se pelos Planos de Visita, Audições, Reuniões e Encontros, previamente programados.

**Artigo 3.º**

**Composição, quórum e deliberação**

- 1 A CPI é composta por 11(onze) deputados, sendo 6 (seis) do Grupo Parlamentar do MpD, 4 (quatro) do Grupo Parlamentar do PAICV e 1(um) da UCID, conforme definido no artigo 6.º da Resolução nº 112/IX/2019, de 27 de março.
- 2 A CPI pode funcionar com a presença de, pelo menos, um terço dos seus membros, mas só pode deliberar estando presente a maioria dos seus membros.
- 3 A CPI delibera por maioria absoluta de votos dos seus membros.

**Artigo 4.º**

**Composição e competência da Mesa**

1. A Mesa é composta pelo Presidente e por dois Secretários.
2. Os Secretários são indicados na primeira reunião da Comissão.
3. Compete à Mesa colaborar na organização dos trabalhos da CPI.
4. Os secretários são substituídos nas suas faltas pelos Deputados que o Presidente designar, sob proposta dos Grupos Parlamentares.

5. Na falta do Presidente, as Reuniões da CPI serão presididas nos termos do artigo 6.º n.º 2 da Resolução nº 112/IX/2019, de 27 de março.

**Artigo 5.º**  
**Competências do Presidente**

1. Compete ao Presidente:
  - a) Representar a CPI;
  - b) Convocar as reuniões, ouvidos os restantes membros da mesa e de acordo com a programação dos trabalhos a definir pela CPI;
  - c) Dirigir os trabalhos da CPI;
  - d) Convocar e dirigir os trabalhos da Mesa;
  - e) Apreciar a justificação das faltas dos membros da CPI;
  - f) Despachar o expediente normal da CPI, dele dando conhecimento à mesa;
  - g) Desempenhar as competências atribuídas pela lei e pelo Regimento.
2. Para efeito do presente Regulamento entende-se por ausência desta CPI: As faltas, os atrasos e impedimentos temporários.

**Artigo 6.º**  
**Designação e Competências do Secretário**

1. O Secretário coadjuva o Presidente, ou seu substituto, na direcção dos trabalhos da Comissão;
2. Cada um dos Grupos Parlamentares que compõe a CPI indicará um Secretário.

**Artigo 7.º**  
**Diligências Instrutórias**

1. A CPI pode, a requerimento fundamentado dos seus membros, solicitar por escrito ao Governo, às autoridades judiciais, aos órgãos da Administração ou as entidades privadas, as informações e os documentos que sejam considerados úteis à realização do inquérito.
2. A CPI pode proceder, por deliberação sua, à convocação de qualquer cidadão para depor sobre fatos relativos ao inquérito.

**Artigo 8.º**  
**Documentos classificados**

1. Deve ser observada a classificação indicada nos documentos recebidos na Comissão, podendo a Mesa, por sua iniciativa, ou por deliberação da própria CPI, solicitar à entidade de origem a sua desclassificação, sem prejuízo do disposto na lei para os documentos provenientes de entidades públicas.
2. Da documentação classificada como de divulgação restrita, apenas é distribuída aos membros desta CPI.

**Artigo 9.º**  
**Prestação de depoimento**



1. As pessoas convocadas para depor, querendo, podem fazer-se acompanhar de advogado.
2. A prestação do depoimento inicial é facultativa e não deve exceder dez minutos.
3. Após o depoimento inicial, serão abertas três rondas de formulação de perguntas ao depoente de 50, 30 e 20 minutos, respectivamente.
4. Os tempos referidos no numero anterior são distribuídos proporcionalmente pelos Grupos Parlamentares e pelo representante dos deputados sem grupo parlamentar.
5. A inquirição inicia-se e é feita, para cada depoente, de modo alternado dos Grupos Parlamentares e do representante dos deputados sem grupo parlamentar.
6. A forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal.

#### **Artigo 10.º** **Sigilo e faltas**

1. O Deputado que violar o dever de sigilo em relação aos trabalhos da Comissão ou faltar sem justificação a mais de quatro reuniões perde a qualidade do membro da CPI.
2. No caso de haver violação de sigilo, a Comissão de Inquérito deve promover uma investigação sumária e deliberar, por maioria qualificada de dois terços, sobre a sua verificação e a identidade do seu autor, para efeitos de comunicação ao Presidente da Assembleia Nacional.

#### **Artigo 11.º** **Relatório**

1. A Comissão designa, no seu seio dois relatores, um por cada Grupo Parlamentar nele representado, podendo ainda deliberar sobre a criação de um grupo de trabalho constituído por Deputados representantes dos dois Grupos Parlamentares e da UCID.
2. O grupo de trabalho será presidido pelo Presidente da CPI ou por quem este designar.
3. O trabalho produzido pelo referido grupo é instrumental e acessório da Comissão.
4. O projeto de relatório termina por uma votação final global, seguida de declarações de voto e ainda, eventualmente, pela apresentação de um projeto de resolução.
5. O relatório final refere obrigatoriamente:
  - a) O objeto do inquérito;
  - b) O questionário, se o houver;
  - c) As diligências efetuadas pela Comissão;
  - d) Os documentos solicitados e obtidos;
  - e) As conclusões do inquérito e respetivos fundamentos;
  - f) O sentido de voto de cada membro da CPI, bem como as declarações de voto escritas.
6. Caso o projeto de relatório seja rejeitado pela Comissão, deverá ser designado novo relator.
7. A Comissão pode propor ao Plenário a elaboração de relatórios separados, se entender que o objeto do inquérito é suscetível de investigação parcelar, devendo os respetivos relatórios ser tidos em consideração no relatório final.



8. O relatório e as declarações de voto são publicados obrigatoriamente no Boletim Oficial.

### **Artigo 12.º**

#### **Registo áudio e vídeo**

1. As reuniões, diligências e inquirições da Comissão são objeto de gravação, salvo se, por motivo fundamentado, a Comissão deliberar noutro sentido.
2. A transcrição das gravações destina-se à instrução escrita do processo de inquérito.
3. Os registos de áudio e vídeo ficam, em permanência, guardados nos respetivos sistemas e são públicos, salvo se a Mesa da Comissão deliberar em contrário no decurso do inquérito, passando posteriormente essa competência para a Presidência da Assembleia Nacional.

### **Artigo 13.º**

#### **Publicidade dos Trabalhos**

1. As reuniões e diligências efetuadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito são públicas nos casos previstos no n.º 2 do presente artigo e quando a Comissão assim o deliberar.
2. São públicas:
  - a) As reuniões iniciais de tomada de posse, eleição da mesa, aprovação do regulamento e definição de objetivos, designadamente através da elaboração do questionário;
  - b) A reunião final de votação e declarações de voto em relação ao relatório e eventualmente ao projeto de resolução;
  - c) As reuniões relativamente às quais os depoentes manifestem interesse na sua publicidade, desde que a Comissão reconheça que aquela não prejudicará os objetivos do inquérito e a eficácia dos trabalhos.
3. Só o Presidente da Comissão, ouvida esta, pode prestar declarações públicas relativas à matéria reservada do inquérito.
4. As atas da Comissão bem como todos os documentos na sua posse podem ser consultadas após a aprovação do relatório final, nas seguintes condições:
  - a) Não revelem matéria sujeita a segredo de Estado, a segredo de justiça ou a sigilo por razões da reserva de intimidade das pessoas;
  - b) Não ponham em perigo o segredo das fontes de informação constantes do inquérito, a menos que haja autorização dos interessados.
5. Os depoimentos feitos perante a Comissão não podem ser consultados ou publicados, salvo autorização do seu autor ou do Plenário.

### **Artigo 14.º**

#### **Direito subsidiário**

✓ —

Aplicam-se em caso de dúvidas ou lacunas as normas do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, estatuído na Lei n.º 110/V/99, de 13 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5/VI/2001, de 17 de Novembro, bem como do Regimento da Assembleia Nacional.

**Artigo 15.º**  
**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor, imediatamente após a sua aprovação e publicação no sítio da Assembleia Nacional, ficando sem efeito uma vez cessadas as funções da Comissão.

Praia, aos 24 dias do mês de abril de 2019

**O Presidente da Comissão,**

  
\_\_\_\_\_  
/Manuel Inocêncio Sousa/